



**34.^a Sessão do Congresso dos Poderes Locais e Regionais
do Conselho da Europa**

Sessão da Câmara das Regiões

Hemicycle of the Palais de l'Europe in Strasbourg

28.03.2018 - 9h00 / 12h00

Permitam-me que inicie a minha intervenção por saudar a Senhora Presidente da Câmara das Regiões, Gunn Marit Helgesen, agradecendo o convite que me foi endereçado para participar nesta sessão, em nome da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais da Europa (CALRE).

Elogio, desde já, a pertinência e atualidade do tema dos trabalhos de hoje e, em especial, do presente painel, “Identidade regional e a integridade do Estado-nação”, duas dimensões indissociáveis do debate sobre o presente e futuro da Europa, e cumprimento, a este propósito, o Relator Geral dos Poderes Locais e Regionais da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, *Luís LEITE RAMOS*, que me antecedeu, pela sua interessante e pertinente reflexão.



Saúdo igualmente todos os membros desta Câmara, colegas representantes de regiões e autarquias europeias do Conselho da Europa, na certeza de que a missão da CALRE, passados que estão 20 anos da sua fundação, tem muito em comum com os objetivos que inspiram a ação do Congresso e, muito em especial, desta Câmara das Regiões.

Por outras palavras, tanto a CALRE, no seio da União Europeia, como o Congresso, no contexto do Conselho da Europa, visam, através do seu trabalho, aprofundar os princípios democráticos e participativos, promovendo a descentralização e a subsidiariedade, o regionalismo e a cooperação inter-regional, assim como a defesa dos Direitos Humanos.

Senhora Presidente da Câmara, Caros Colegas,

A CALRE, representando cerca de 250 milhões de europeus, agrega setenta e quatro parlamentos regionais autónomos de oito Estados-membros do Conselho da Europa e da União Europeia - Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, Itália, Portugal e Reino Unido.



Em comum, todos estes parlamentos têm o facto de serem eleitos diretamente pelo Povo e de as suas regiões serem dotadas de amplos poderes políticos e legislativos.

Neste contexto, dúvidas não temos de que uma forte identidade regional tem sido o substrato indispensável à afirmação política da democracia regional dos membros da CALRE.

A existência de tal identidade constituiu o fundamento principal da ampla descentralização política regional operada pelos respetivos Estados.

E isto acontece, quer nos Estados integralmente regionalizados ou federais - casos das comunidades espanholas ou dos estados federados alemães e austríacos -, quer no caso de Estados que são parcialmente regionalizados, a exemplo das regiões insulares portuguesas dos Açores e da Madeira e das ilhas Åland, da Finlândia.

Por outro lado, também nos parece claro que é a existência de um regionalismo forte e de uma descentralização política clara - designadamente, em que o órgão parlamentar tem



poderes legislativos - que alavancam e promovem esta mesma unidade regional.

Veja-se o exemplo da minha Região, os Açores: se as primeiras reivindicações por uma autonomia insular datam do final do século XIX, foi necessário passar mais de 70 anos, concretamente em 1976, para que a Região Autónoma fosse, finalmente, consagrada, fundada tanto nas características territoriais, como na identidade açoriana.

Mas a partir de então, foi também necessário construir uma verdadeira unidade regional destas nove ilhas e das suas populações - o que tem sido feito, com sucesso, ao longo das últimas quatro décadas -, reforçando-se também, pelos resultados da governação autónoma, da coesão e unidade internas, a própria identidade do Povo açoriano.

Caras e caros Colegas,

Não quer isto dizer que a afirmação da identidade regional, designadamente quando promovida pela descentralização política, leve forçosamente a movimentos que contraponham o Estado-nação.



Na verdade, a identidade regional não é - de todo - incompatível com o Estado-nação, nem é, sequer, um estado prévio ou precursor do nacionalismo regional, do mesmo modo que a descentralização não é sinónimo de um Estado fraco. Muito pelo contrário.

O reconhecimento institucional, ao nível do Estado, de uma identidade regional que se consagra num regime de Autonomia político-legislativa e o processo de desenvolvimento em proximidade com os anseios das populações que, por essa via, se abre, apenas pode ter como consequência o reforço da unidade nacional.

É este o caso, também, da minha região, em que o processo de convergência dos níveis de bem-estar e de riqueza com o todo nacional - não obstante os inúmeros desafios e obstáculos que urge, ainda, ultrapassar - fortaleceram os laços de solidariedade e de pertença dos Açores e dos Açorianos a Portugal.

Centralismo e distância do poder político, assim como o desinvestimento e a falta de recursos devem, sim, ser considerados os principais causadores de descrença no



Estado-nação e de desilusão dos cidadãos nas instituições do poder central.

Muito poderíamos dissertar sobre a atualidade, ou não, do conceito de Estado-nação. Mas, do ponto de vista do exercício do poder político, não queremos deixar de vincar, aqui, que o Estado-nação europeu não pode encarar o regionalismo, a descentralização, a subsidiariedade ou a governação multinível como uma ameaça à sua subsistência.

Não são essas as ameaças à sua integridade: são sim a descrença das populações nas suas instituições, a desconfiança nos agentes políticos, a falta de respostas sociais e os nacionalismos – não os nacionalismos regionais, mas aqueles que se fundam na intolerância, no autoritarismo, na perseguição às liberdades, no racismo e no populismo que, infelizmente, a cada ciclo eleitoral na Europa, tem vindo a afirmar-se.

Caras e Caros Colegas,

No mundo de hoje, na Europa também de amanhã, todos e cada um de nós tem diferentes dimensões de pertença, assim



como sentimentos identitários e afinidades diversas, que se complementam em círculos sobrepostos - e não conflitantes - de identidades: - a regional (que pode, ou não, ser sinónimo de identidade nacional), a do Estado (que pode também, ou não, ser um Estado-nação) e da Europeia, que terá sempre de ser a Europa da boa governação a vários níveis e da descentralização.

O facto das regiões da CALRE contribuírem ativamente na realização e elaboração das leis e políticas nos seus territórios, que decorre dos poderes políticos institucionais dos membros da CALRE, é naturalmente indissociável de uma maior responsabilidade que impende sobre estas regiões, de demonstrar que o Regionalismo europeu não se constrói contra o Estado-nação, muito menos para favorecer, por si só, o projeto europeu.

Caras e Caros Colegas,

Alguns poderão ser tentados a pensar que o futuro da Europa é - como Jean-Jacques Rousseau afirmava já ser em 1772, há quase dois séculos e meio - que "hoje já não há



Franceses, Alemães, Espanhóis, até Ingleses, por muito que se diga; há só Europeus”.

Não. O segredo do sucesso da Europa, desta Europa do respeito pela Democracia e soberania popular, da Coesão, da Tolerância, a Europa, enfim, dos Direitos Humanos, é, precisamente, a de que, hoje como amanhã, continuará a haver franceses, alemães, espanhóis ou portugueses, do mesmo modo como continuaremos a ser orgulhosos açorianos, galegos, flamengos, e de todas as demais identidades regionais, bem como Europeus. Será este, acreditamos, o sucesso da Europa das Regiões.

Obrigada pela vossa atenção.

Estrasburgo, 28 de março de 2018

A Presidente da Conferência das Assembleias Legislativas
Regionais Europeias

Ana Luísa Luís